

KARL POPPER E O PARADOXO DA INTERVENÇÃO ESTATAL

Arnaldo Valentim SILVA¹

Desde a chegada de Margareth Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1980) ao poder na Inglaterra e EUA respectivamente, vivemos efetivamente sob a hegemonia avassaladora do liberalismo econômico e seu ataque a toda e qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, encarando qualquer regulamentação como ameaça frontal à liberdade individual e à livre iniciativa.

O minimalismo estatal ganhou o status de senso comum e não somente tem seduzido políticos das mais variadas tendências mas também adquirido no mundo acadêmico o status daquelas “verdades tidas como certas e inquestionáveis”. Parafrazeando Von Mises e Hayek², que nas décadas de 20 e 30 do século passado lamentavam a “perversa hegemonia do ideário socialista” em todos os setores da intelectualidade européia, podemos dizer que não há intelectual hoje em dia que, desejando ser levado a sério, não seja um defensor ardoroso do minimalismo estatal. Evidentemente, há aqueles “mais progressistas ainda” que advogam como moralmente adequada a existência de um Estado ultra-mínimo, responsável tão somente pela arrecadação e controle da moeda nacional, deixando até mesmo a segurança para a iniciativa dos cidadãos.³

(1) Mestrando em Filosofia Social pela PUCCAMP e bolsista da Capes.

(2) Cf. Ludwig von MISES. **Uma crítica ao intervencionismo**, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1977. Cf. também F. V. HAYEK. **O caminho da servidão**, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987

(3) Parece ser essa a posição defendida por Robert NOZICK. **Anarquia, estado e utopia**. Tradução de E. Jacy Monteiro, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

A hegemonia do pensamento liberal nos dias atuais não se deve simplesmente, como fazem supor os marxistas vulgares, a um plano conspiratório das elites contra os mais 'nobres interesses das classes subalternas e trabalhadoras'. Trata-se de uma hegemonia política e econômica fruto de dois elementos extremamente interessantes. De um lado, um movimento intelectual fascinante iniciado em Viena na década de vinte do século passado, que num primeiro momento empreendeu uma rigorosa crítica aos fundamentos filosóficos do planejamento estatal comunista e social-democrata e, num segundo momento, procurou resgatar os princípios individualistas e minimalistas do liberalismo, purificando-o de qualquer influência "coletivista". Esses intelectuais, mais tarde, formariam a Sociedade de Mont Pélerin que, sob a liderança do economista austríaco F. Von Hayek, iniciaria uma cruzada ideológica contra o keynesianismo e as mais diferentes formas de intervencionismo estatal, seja o preconizado pelo modelo soviético, seja aquele proposto pelo modelo americano (New Deal) e escandinavo.⁴ Desta sociedade participaram as seguintes personalidades: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador Mandariaga, entre outros. De outro lado, trata-se de um pensamento que ganha notoriedade a partir da crise do Estado de Bem Estar Social (modelo implantado no pós-guerra) que atinge seu ápice com a crise do petróleo em 1973, gerando recessão, inflação e baixíssimas taxas de crescimento econômico.

Para os pensadores da Sociedade Mont Pélerin, a recessão e as altas taxas inflacionárias seriam fruto da intervenção do Estado na economia e de seus gastos em investimentos sociais, tais como,

⁴ O historiador inglês Perry Anderson assim descreve as pretensões de Hayek: "O objetivo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista Inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: apesar de suas boas intenções, a social democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna"; e sobre a sociedade Mont Pélerin: tratava-se de "uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos". Cf. Perry ANDERSON. **Neoliberalismo: origens e conseqüências**, Rio de Janeiro: SEEB-ES, 1991, respectivamente, pp 1 e 2.

educação gratuita, saúde, aposentadoria pública, seguro desemprego etc. A solução, portanto, seria: privatização massiva, desregulamentação do mercado de trabalho, estabilização econômica, disciplina orçamentária e a contenção de gastos com o bem-estar social.

Os resultados sociais destas políticas liberais, de modo especial nos países em desenvolvimento, têm sido desastrosas, provocando o desemprego massivo e sobretudo o corte de investimentos sociais na saúde, na educação e moradia, vitais para o desenvolvimento da população desses países. Podemos dizer então que, em certa medida, assistimos à passagem de um paradigma em que a estatização era compreendida como princípio absoluto, como no caso da Rússia Comunista, para um outro extremo em que o minimalismo é igualmente absolutizado, como nos casos do Chile (Pinochet) e Inglaterra (Thatcher) no final da década de setenta. Ou, em outros termos, do essencialismo estatizante passou-se ao essencialismo minimalista.

POPPER E O LIBERALISMO

O que essas ponderações iniciais, diga-se de caráter mais histórico do que filosófico, têm a ver com o pensamento de Karl Popper (1902-1994), filósofo austríaco radicado na Inglaterra, membro da sociedade Sociedade Mont Pélerin e um dos pensadores empenhados na mais poderosa crítica ao marxismo, além de responsável pela revitalização do pensamento liberal em nosso tempo?

Evidentemente, para muitos o pensamento popperiano não teria muito a dizer para um crítico do liberalismo econômico ou, se quisermos, do *laissez-faire*. Uma leitura atenta, contudo, de sua *Sociedade Aberta e seus Inimigos* possibilita identificar nas reflexões do jovem Popper, uma concepção de intervenção estatal que se choca frontalmente com o ideário liberal hegemônico, particularmente aquele presente nas reflexões de Hayek e Friedman, membros, como Popper, da Sociedade Mont Pélerin.

POPPER E A INTERVENÇÃO ESTATAL

Não obstante em sua maturidade Popper ter participado ativamente das atividades organizadas pela Sociedade Mont Pélerin e ter engrossado o coro de críticos dos gastos sociais do Welfare State, as reflexões éticas e políticas empreendidas pelo jovem Popper na obra *A Sociedade aberta e seus inimigos* apontam uma preocupação do autor não somente com o excesso de intervenção do poder estatal, como o existente na Rússia pós-revolucionária, mas também com a ausência dele. Trata-se do que ele denominou *paradoxo da intervenção*, ou seja, de acordo com sua reflexão, se o Estado intervir demasiadamente na sociedade empreendendo um planejamento forte e centralizado que tudo controla, acabará violando a liberdade e a criatividade dos cidadãos, isentando-os de qualquer responsabilidade social. Em contrapartida, se o Estado for um Estado Mínimo que apenas cuide da segurança dos cidadãos e não estabeleça nenhum mecanismo institucional de controle sobre o poder econômico, ele corre o risco de propiciar que a liberdade dos fortes se sobreponha à liberdade dos fracos. Para ele o Estado pode ser muito eficiente em proteger o cidadão da violência física, mas isso por si só é insuficiente se não for garantida ao cidadão proteção contra os excessos do poder econômico. Popper assim se expressa

“Ora, eu creio que estas considerações, originariamente destinadas a aplicar-se ao reino da força bruta, da intimidação física, devem ser também aplicadas ao poder econômico. Mesmo que o estado proteja seus cidadãos de serem atropelados pela violência física (como em princípio o faz sob o sistema de capitalismo irrestrito), pode levar nossos alvos à derrota pelo fracasso em protegê-los do mau uso do poder econômico. Sob tais circunstâncias, a liberdade econômica ilimitada, pode ser tão suicida como a liberdade física ilimitada, e o poder econômico podem ser tão perigoso como a violência física, pois aqueles que possuem excesso de alimento podem forçar os que passam fome a uma servidão “livremente” aceita, sem usar de violência”.⁵

Popper considera profundamente pertinentes as críticas de Marx ao capitalismo irrestrito de seu tempo⁶. Contudo, discorda que a

⁽⁵⁾ Cf. Karl POPPER. *A sociedade aberta e seus inimigos*, vol II, p. 131.

destruição do sistema capitalista seja o único caminho para superar os males de uma política de irrestrita não-intervenção. Para o autor o problema é que Marx jamais se colocou a possibilidade do intervencionismo democrático como uma estratégia para resolver as conseqüências indesejáveis da competição capitalista, tais como a miséria, o desemprego, a exploração etc. A prova de que Marx estava enganado pode ser encontrada no fato de, no período entre guerras, inúmeros países, tais como a Suécia, terem adotado medidas intervencionistas bem sucedidas para enfrentar os efeitos destrutivos do capitalismo.

Marx e os marxistas não apostaram numa saída política e institucional para os problemas trazidos pela acumulação capitalista. Em outras palavras, se, de um lado, eles foram capazes de identificar os males que o poder econômico pode trazer para a sociedade, de outro, não acreditaram na possibilidade de tal poder ser controlado. A saída, portanto, não seria política, mas revolucionária, isto é, a destruição de todos os mecanismos centrais do modo de produção capitalistas a começar pela abolição da propriedade privada.⁷

Não deixa de ser interessante notar, a partir das reflexões popperianas, que os adeptos do *laissez-faire* ou do minimalismo estatal, também menosprezam a capacidade de no âmbito político e institucional serem resolvidos os problemas sociais, sendo sua solução igualmente economicista: mais mercado e menos política. No Chile, Hayek ao assessorar o governo Pinochet na implantação das reformas de mercado, afirma reiteradamente que a manutenção do regime democrático é menos necessária do que o estabelecimento de um mercado livre e competitivo.⁸

⁽⁶⁾ Cf. *idem* *ibidem*, p. 129.

⁽⁷⁾ Uma crítica consistente às reflexões popperianas sobre o marxismo pode se encontrar em Gustavo MARQUES. **Explicacion y profecia de Marx: crítica à la crítica de Popper** pp 93-105, in H. APEZECHEA. *Popper y las ciencias sociales*, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina S/A.

⁽⁸⁾ Cf. Franz HINKELAMMERT. **O cativello da utopia: As utopias conservadoras do capitalismo atual, o neoliberalismo e o espaço para alternativas**. São Paulo: Paulus. 1990. Ver também do mesmo autor **Crítica à razão utópica**, São Paulo: Paulinas, 1989.

O liberalismo, na concepção de Popper, não teria nada em comum com uma política de estrita não intervenção como a reivindicada por inúmeros liberais. A necessidade sentida pelo autor de que a liberdade econômica deveria ser regulamentada pelo Estado faz parte de uma concepção que entende que

“Liberalismo e interferência do estado não se opõem mutuamente. Ao contrário, qualquer espécie de liberdade será claramente impossível se não for assegurada pelo estado. Certo grau de controle do Estado é necessário, por exemplo, na educação, para que os jovens sejam protegidos de uma negligência que os tornaria incapazes de defender sua liberdade, e o estado deve cuidar de que todas as facilidades educacionais estejam ao alcance de todos”⁹.

Evidentemente o autor reconhece os riscos inerentes a um sistema educacional controlado pelo Estado. Tais riscos, segundo ele, se referem à possibilidade de manipulação por parte dos governantes dos conteúdos educacionais com o declarado objetivo de doutrinar os jovens e obter o pleno controle sobre as novas gerações.

Por isso, tendo em vista os problemas que podem surgir se a intervenção estatal for excessiva, julga importante estabelecer critérios para uma correta intervenção. Para o autor o protecionismo racional ou intervencionismo democrático seria aquele fundamentado primordialmente num ‘arcabouço legal de instituições protetoras’ ou seja, em leis que restringiriam por exemplo os poderes de um empresário ou de um dono de terras. A esse modelo denomina intervenção indireta.

Popper vislumbra, também, uma outra forma de intervenção que seria aquela realizada a partir da criação de órgãos do Estado para atuar no sentido de zelar para que os fins propostos por um determinado governo sejam alcançados. A esse modelo Popper denominou intervenção direta.

Para o autor o modelo indireto de intervenção seria o mais adequado por fundamentar-se na lei socialmente reconhecida e aceita,

⁹ Cf. Karl POPPER. op.cit p. 126.

o que impediria que a cada troca de governo representasse uma alteração brusca na relação entre Estado e sociedade. Contudo, na falha deste modelo, pode ser utilizado o modelo direto de intervenção. De acordo com suas palavras

“Não pode haver dúvida, do ponto de vista do controle democrático, sobre qual desses métodos é preferível. A política evidente para toda intervenção democrática é utilizar o primeiro método sempre que isso seja possível e restringir o uso do segundo método aos casos em que o primeiro se mostrar inadequado.”¹⁰

A preferência de Popper pelo método de intervenção indireta se fundamenta ainda na concepção de que as intervenções baseadas em leis seriam mais seguras porque estas podem ser identificadas, reconhecidas e compreensíveis por qualquer cidadão. Com a intervenção direta não aconteceria o mesmo. Ela poderia introduzir elementos de insegurança na sociedade, tendo em vista a possibilidade de cada governo instituir os órgãos que bem desejasse para fiscalizar os cidadãos, a partir de critérios sempre novos e inesperados.

A opção popperiana pelo intervencionismo não deixa de ser uma crença na idéia de que os mais graves problemas sociais que venham a atingir a sociedade possam ser resolvidos pacientemente através de soluções políticas. E no âmbito político nada mais racional do que propor soluções provisórias e parciais para os problemas, com o espírito sempre aberto para identificar erros e corrigi-los. Para ele, em última instância, o intervencionismo democrático só poderá sobreviver se combinado com uma engenharia social fragmentária, em contraposição à engenharia holista, utilizada pelos idealizadores do Estado total. Em outras palavras, significa dizer que somente uma concepção que aborda a função do cientista social ou do político como construtores e aperfeiçoadores de instituições sociais que resolvam problemas práticos, abandonando a idéia de transformar a sociedade como um todo, garantiria a possibilidade de a intervenção democrática ser adequada. A metodologia de intervenção gradual é a única metodologia

⁽¹⁰⁾ Cf. *idem* *ibidem*, p. 139

que permite a identificação de erros; e como não se envolve em medidas de longo alcance, possibilita sua correção.

UM LIBERALISMO REFORMADOR E INSTITUCIONAL

Como podemos notar as reflexões do jovem Popper acerca das possibilidades e dos limites da intervenção estatal se chocam frontalmente com as posições minimalistas assumidas posteriormente pela Sociedade Mont Pélerin, da qual participará assiduamente.¹¹ Sobretudo é flagrante o distanciamento de suas considerações sobre o papel do Estado, contidas em sua *Sociedade aberta e seus inimigos*, daquelas feitas por seus amigos Hayek e Friedman.¹² Contudo, é também notório o silêncio do autor acerca dessas diferenças de fundo que o distanciariam das idéias ultraliberais de seus amigos mais próximos.

Evidentemente, o jovem Popper está mais preocupado com o problema político do totalitarismo e seus efeitos perversos sobre a liberdade e a responsabilidade individual. Seus esforços são direcionados à elaboração de uma metodologia que, no seu entender, possibilitasse realizar reformas sociais que minorasse o sofrimento do necessitado sem abrir mão da democracia.

Seu liberalismo, portanto, é um liberalismo reformador institucional, contemporaneamente mais próximo das idéias de Rawls¹³ do que daquelas defendidas por Hayek e Nozick.

⁽¹¹⁾ Para Boudouin " Popper gosta de repetir que liberalismo e intervenção do Estado não são contraditórios e medimos melhor, graças a esta questão, toda a distância intelectual que o separa do ultraliberalismo de tradição hayekiana e, a fortiori, da utopia libertária cara a Milton Friedmann ou Robert Nozick. Popper nunca confessou a divergência significativa com seu compatriota Hayek. Talvez essa descrição tenha que ver com o fato de ter sido graças à sua intervenção e à de E. Gombrich que pode deixar a Nova Zelândia e entrar para a London School of Economics, onde deveria ensinar filosofia e epistemologia". Cf. Jean BAUDOIN, **Karl Popper**, Lisboa: Edições 70, p. 99.

⁽¹²⁾ Cf. a propósito Milton FRIEDMAN, **Capitalismo e liberdade**, São Paulo: Nova Cultural, 1988. e F. Von HAYEK, op.cit.

⁽¹³⁾ Cf. Jonh RAWLS. **Justiça e democracia**, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Com toda a certeza, para um crítico perspicaz do capitalismo, seja marxista ou não, as soluções propostas por Popper podem ser tomadas como demasiadamente moderadas ou até mesmo ingênuas. Sobretudo se analisarmos, como pondera Bryan Magee¹⁴, a situação dos países em desenvolvimento, notaremos que as reformas graduais, como as sugeridas por pelo autor, além de ineficazes, poderiam muito bem ser revertidas pelas elites econômicas dominantes. Provavelmente, se aplicada nesses países a metodologia sugerida por Popper geraria políticas conservadoras e facilitadoras da manutenção do status quo vigente.

⁽¹⁴⁾ Cf. Bryan MAGEE. **As idéias de Popper**, p. 91, São Paulo: Cultrix, 1974. Sobre o eurocentrismo do pensamento popperiano ver Jean BAUDOUIN, *op. cit.*, p.102.